



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681148 - SP (2021/0224987-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS - SP300462  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : HUMBERTO SANTOS MANDARANO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUMBERTO SANTOS MANDARANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2139727-08.2021.8.26.0000 ).

O impetrante sustenta que o réu não é reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, fazendo jus à progressão de regime pelo cumprimento de 40% da pena, conforme dispõe o art. 112, inciso V da LEP.

Informa que impetrou HC na origem requerendo o recálculo da progressão nos moldes da nova redação dada ao referido art. 112, V, LEP, o qual não foi conhecido sob a alegação da inadequação da via eleita (fls 15-19).

É, no essencial, o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, em que pese não ter sido conhecido o HC interposto perante o Tribunal de origem, consta em seu voto:

(...) cabe observar que o mérito deste remédio heróico foi objeto do Agravo em Execução Penal nº 0005827-16.2020.8.26.0026, julgado por esta Câmara em 10/03/2021, ocasião em que a decisão que determinou o cumprimento de 60% (ou 3/5) da pena para a progressão de regime foi mantida.

Entretanto, o citado Agravo em Execução Penal não foi juntado aos autos. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de

liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, oportunidade em que deverá juntar cópia integral do acórdão proferido nos autos do Agravo em Execução Penal nº 0005827-16.2020.8.26.0026.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente